

**MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**

Prefeitura Municipal de Nova Friburgo

Nova Friburgo - RJ

Processo Nº:	24288/23
Rubrica	e
Fls:	02

Relatório de Histórico de Andamento de Atividades**PROTOCOLO**

Identificador: ef991895-705e-4dfe-890d-d3351241fa5a

Protocolo: Processo Requerimento Nº 024288/2023

Data: 12/09/2023 10:27:52

Origem: EVERTON WINTER DA SILVA

*** contatos indisponíveis ***

Contato: EVERTON WINTER DA SILVA

*** contatos indisponíveis ***

Protocolador: ANA LUCIA OZORIO TEIXEIRA

Assunto: IMPUGNAÇÃO - LICITAÇÃO

Detalhamento: IMPUGNAÇÃO

HISTÓRICO DAS ATIVIDADES

por ordem das atividades mais recentes

[versão completa](#)

Nº	Origem	Destino	Movimentação	Situação
1	Prefeitura Municipal de Nova Friburgo ANA LUCIA OZORIO TEIXEIRA 12/09/2023 10:28:06	APOIO A COMISSAO DE PREGAO	Segue protocolo para as devidas providências.	Enviada

AO ILMO. SR. PREGOEIRO – SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO O MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5561/2023

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 157/2023

EVERTON WINTER DA SILVA, brasileiro, advogado, casado, inscrito na OAB/RJ 134.429, inscrito do CPF/MF sob o nº 079.238.427-01, com escritório situado na Avenida Alberto Braune, nº 58, salas 201 e 202, Centro, Nova Friburgo - RJ, vem apresentar

IMPUGNAÇÃO

ao Edital de Licitação Nº 157/2023, nos termos de seu item 6, pelos fundamentos expostos abaixo.

I. FUNDAMENTOS

I.I DA RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE DO CERTAME

1. O Município de Nova Friburgo publicou o Edital de Pregão Eletrônico nº 157/2023 cujo objeto é a "Contratação de empresa para o gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e monitoramento do serviço municipal de Transporte Coletivo do município de Nova Friburgo/RJ, pelo período de 48 (quarenta e oito) meses".
2. Conforme o item 4.4. do Edital (Modelo de Delegação), "o Poder Público, assume o Controle da Bilhetagem Eletrônica: (emissão, comercialização dos créditos eletrônicos e gerenciamento dos recursos) e do Monitoramento da Operação (localização dos veículos e cumprimento de horários e itinerários etc.);" e "Estas atividades são realizadas por intermédio de uma Empresa Gerenciadora dos Serviços (EGS), entidade especializada, comercial e financeiramente independente do operador dos serviços de transportes, contratada pelo Poder Público para realizar essas tarefas de apoio ao gerenciamento".

3. Não se busca, na presente impugnação, questionar indistintamente o edital, mas apenas impugnar seu item 7.4.6, que veda a participação na licitação de empresas relacionadas a companhias que operem o sistema de transporte público, além dos demais itens que tem relação com ele (7.4.7 e 7.4.8)¹. Vejamos a redação do item 7.4.6:

7.4.6 - Participem de sociedades empresárias operadoras do sistema de bilhetagem eletrônica e monitoramento de frota pertencentes a um grupo econômico, de fato ou de direito, assim entendidas aquelas que possuam, no todo ou em parte, identidade de sócios, dirigentes ou membros de conselho, bem como de empresas das quais estas ou seus sócios tenham participação societária ou sejam controladores que operem o sistema de transporte público;

4. Inobstante ao zelo da Administração Pública, essa proibição não é compatível com o ordenamento jurídico.
5. Como é cediço, além da legislação específica sobre o Pregão (Lei nº 10.520/02), incidem no caso as normas previstas na, ainda vigente, Lei nº 8.666/93 - Lei de Licitações e Contratos -² que regulamenta o art. 37, XXI, da Constituição Federal.
6. Nas contratações públicas a regra geral é a utilização de procedimento licitatório, que vem sendo levado a efeito pelo Município de Nova Friburgo. Licitação que deve observar, além dos princípios basilares da Administração Pública, os princípios da isonomia e da ampla competitividade.
7. É o que se extrai do art. 3º, §1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da

¹ 7.4.7 - De confederações, federações, sindicatos ou entidades e associações representativas de qualquer espécie que congreguem membros referidos no item 7.4.6;

7.4.8 - De novas empresas constituídas ou novos arranjos societários de qualquer espécie cujos sócios ou integrantes sob qualquer título se enquadrem no item 7.4.6;

² Vide o próprio preâmbulo do edital.

impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991;

8. A regra do item 7.4.6 do edital implica em uma injustificada restrição ao caráter competitivo do certame e, se mantida, causará inúmeros prejuízos para a própria coletividade, posto que implicará em limitação à competitividade da licitação, violando o art. 3º, § 1º, I, da Lei nº 8.666/93.

9. Além do mais, a vedação imposta pelo Edital não encontra guarida no art. 9º da lei 8.666/93, que traz hipóteses de conflito de interesses e/ou ausência de isonomia entre os licitantes. Veja-se sua redação:

Art. 9º Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

I - o autor do projeto, básico ou executivo, pessoa física ou jurídica;

II - empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado;

III - servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.

10. É possível ir além. Não há na Lei nº 8.666/93 (nem na Lei nº 10.520/02), qualquer previsão em abstrato facultando ou prescrevendo ao gestor que limite a participação de uma pessoa jurídica única e exclusivamente por sua relação com outra sociedade já contratada pelo mesmo órgão.

11. A restrição incluída no r. item não tem embasamento nas regras da Lei nº 10.520/02 nem na Lei nº 8.666/93, que veiculam, de maneira exaustiva e expressa, às situações que podem limitar a participação de licitantes no certame. Exatamente por isso que os

demais subitens do item 7.4 (que trata das empresas que não podem participar da licitação), quais sejam, os itens 7.4.1, 7.4.2, 7.4.3, 7.4.4 e 7.4.5, encontram fundamento direto e nominal nos arts. 9º, 31 e 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

12. Portanto, a referida regra limitativa não encontra fundamento de validade na legislação que trata da licitação e do pregão e implica em ofensa ao art. 3º, § 1º, da Lei nº 8.666/93, que veda aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo

13. Não é possível a previsão em abstrato de cláusula restritiva que tem como parâmetro o quadro societário da empresa licitante com a empresa que efetua o transporte público coletivo. Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União teve a oportunidade de reconhecer, em diversas oportunidades, que a contratação não existe vedação legal à participação, na mesma licitação, de empresas do mesmo grupo econômico ou com sócios em relação de parentesco. Vejamos enunciados de acórdãos do Plenário da Corte sobre o tema:

“Não existe vedação legal à participação, no mesmo certame licitatório, de empresas do mesmo grupo econômico ou com sócios em relação de parentesco, embora tal situação possa acarretar quebra de isonomia entre as licitantes. A demonstração de fraude à licitação exige a evidenciação do nexo causal entre a conduta das empresas com sócios em comum ou em relação de parentesco e a frustração dos princípios e dos objetivos da licitação.” (TCU, Acórdão 2803/2016-Plenário, Rel. Ministro André de Carvalho, j. 01.11.2016)

“Não existe vedação legal à participação, no mesmo certame licitatório, de empresas do mesmo grupo econômico ou com sócios em relação de parentesco, embora tal situação possa acarretar quebra de isonomia entre as licitantes.” (TCU, Acórdão 1448/2013-Plenário, Rel. Ministro Walton Alencar Rodrigues, j. 12.06.2013).

14. Esse entendimento deve ser aplicado não apenas no caso de participação de duas empresas de um mesmo grupo econômico na licitação, mas no caso vertente, em que existe previsão de conflito de interesses diretamente em cláusula editalícia de participante de licitação e concessionária de serviço público de transporte.
15. Eventual verificação de violação a normas da administração pública em caso de participação de empresa com essas características demanda a apuração

administrativa acompanhada de provas robustas em concreto, com o devido nexo causal a respeito da conduta e da violação a normas administrativas, não podendo ser prevista em regra editalícia em abstrato.

16. Em resumo: eventual conflito de interesse tem que ser analisado em concreto, com esteio em provas, e não em abstrato.
17. A existência da referida cláusula põe em xeque o certame, haja vista tratar-se de uma condição que impõe uma restrição à ampla competitividade e aos fins do procedimento licitatório.
18. Para além da ampla competitividade, a previsão de restrição indevida a participação no certame ofende a legislação e vários princípios nela insculpidos, como a isonomia, razoabilidade e economicidade. Colaciona-se precedente do TJRJ a respeito do tema:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EXIGÊNCIA EDITALÍCIA. ILEGALIDADE. VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ISONOMIA E DA IMPESSOALIDADE. Na espécie, trata-se de ação ordinária em que pretende a apelante o reconhecimento de nulidade da decisão que a inabilitou em procedimento de **licitação** para contratação de serviços de engenharia. Exigência do edital que se mostra desproporcional e desarrozoada, eis que estabelece que a contratada seja fabricante de "painéis comando, com conversor estático e painéis de comando com inversor de frequência". **Cabe a Administração Pública demonstrar a legalidade de suas exigências editalícias e não ao particular demonstrar que as mesmas são excessivas. Entendimento doutrinário e jurisprudencial acerca do tema. Objeto do contrato que é de modernização e manutenção de elevadores. Violação dos princípios da isonomia e da competitividade. Inteligência do artigo 3º, da Lei n.º 8.666/93. Precedentes do E. STJ e do E. TJRJ. Recurso a que se dá provimento, nos termos do voto do Desembargador Relator, para o fim de declarar nula a decisão que inabilitou a apelante do processo de licitação.** (TJRJ. AC Nº 031937552.2013.8.19.0001. Relator: Des(a). CHERUBIN HELCIAS SCHWARTZ JÚNIOR. DÉCIMA SEGUNDA CÂMARA CÍVEL. Julgamento: 07/07/2015. Publicação: 09/07/2015).

19. Por fim, a fim de demonstrar a fragilidade do normativo, nota-se que ele proíbe a participação de empresas ainda que o grupo econômico seja de fato e mesmo que ocorra a identidade parcial de sócios, ou seja, basta a existência de um sócio em comum (independentemente de seus poderes e de participação societária) entre uma licitante e a empresa que opera o sistema de transporte coletivo para gerar a inabilitação. Aliás, a mera participação em conselhos (que pode ser transitória, sem vínculo efetivo com as empresas) implica também a proibição em referência. Essa

excessiva ampliação das regras de proibição de participação apenas robustecem a inadequação dos itens em referência.

20. Assim, os itens 7.4.6, 7.4.7 e 7.4.8 afrontam os ditames da Lei nº 8.666/93, além de violarem diversos princípios administrativos.

I.II DO VÍCIO NA MOTIVAÇÃO DO ATO

21. Mesmo que superados os argumentos expostos no tópico anterior e seja reconhecida a possibilidade teórica de previsão dessa cláusula limitativa no edital, existem outros argumentos que geram a nulidade dos itens 7.4.6, 7.4.7 e 7.4.8 do Edital.
22. O Município de Nova Friburgo entendeu por bem vedar a participação de qualquer sociedade que tenha ligação de fato ou de direito em seu quadro societário com a atual concessionária do transporte público do município. Todavia, não expôs em nenhum lugar do Edital ou de seus anexos as razões para tão ampla restrição.
23. A necessidade de exposição das razões para que seja possível flexibilizar os princípios da ampla concorrência e da competitividade encontra fundamento na legislação.
24. É dizer, o suposto conflito de interesses que a Administração pretende evitar com o teor da cláusula impugnada deve ser motivado nos documentos que compõem o edital, sob pena de violar a motivação dos atos administrativos.
25. Nessa esteira, os arts. 2º e art. 50, I, II e §1º da Lei federal nº 9.784/99 – aplicada por analogia no âmbito dos Municípios - trazem os requisitos da necessidade de fundamentação (motivação) dos atos administrativos. É preciso que esta seja explícita, clara e congruente.

Colaciona-se os citados dispositivos:

Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

(...)

Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

§ 1º A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

26. Nada obstante o comando legal, leia-se o Edital de Pregão Eletrônico nº 157/2023, seu Termo de Referência e demais anexos e não se encontrará qualquer justificativa clara e objetiva sobre a necessidade de vedar a participação de sociedades que tenham identidade, ainda que parcial, com a concessionária que opera o transporte público municipal.
27. O máximo que se pode extrair do Edital é uma manifestação genérica acerca da independência entre a Empresa Gerenciadora dos Serviços – EGS, que assumirá o monitoramento dos serviços, e a operadora do transporte público.

4.4 - Modelo de Delegação

Após avaliações detalhadas sobre alguns possíveis modelos o Chefe do Poder Executivo do Nova Friburgo optou por um modelo que, dentre outras características, dá ao Poder Público autonomia plena de atribuições na Gestão e no Controle dos serviços. Aqui se apresentam seus elementos centrais:

- O Poder Público, assume o Controle da Bilhetagem Eletrônica: (emissão, comercialização dos créditos eletrônicos e gerenciamento dos recursos) e do Monitoramento da Operação (localização dos veículos e cumprimento de horários e itinerários etc.);
- Estas atividades são realizadas por intermédio de uma Empresa Gerenciadora dos Serviços (EGS), entidade especializada, comercial e financeiramente independente do operador dos serviços de transportes, contratada pelo Poder Público para realizar essas tarefas de apoio ao gerenciamento;
- Os recursos financeiros ficam depositados nessa empresa para uso exclusivo no sistema. Eventual superávit será guardado para compensar eventuais déficits em meses subsequentes;
- O Poder Público contrata a operação do serviço, define sua qualidade, estabelece via licitação a Tarifa de Remuneração (do operador) e sua fórmula de reajuste. A empresa operadora se compromete a atender todo aumento de oferta demandada;
- O operador é pago em razão da efetiva realização do contrato, por uma combinação de quilometragem realizada (e verificada por equipamentos eletrônicos) e por tipo de veículo utilizado. Reduzem-se riscos garantem-se ajustem de oferta por variações da demanda.

O alvo é garantir a harmonia entre os elementos constitutivos, bem como a manutenção do interesse público em primeiro plano.

28. Além da forma da motivação – que deve ser clara, explícita e congruente – o art. 20, parágrafo único, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro³ complementa o comando legal no que tange ao conteúdo da motivação do ato, que deve demonstrar a existência do binômio necessidade x adequação da medida, bem como a possibilidade de se adotar outras alternativas menos gravosas.

³ A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas.

29. Também sob esse prisma falha qualquer motivação para justificar a presença da cláusula 7.4.6 no Edital impugnado. **Por certo a independência da EGS em relação à operadora pode ser garantida por critérios menos gravosos e restritivos do que o veiculado, configurando evidente desproporcionalidade entre a finalidade da norma editalícia e a vedação, demasiado ampla, ocasionada pelo dispositivo impugnado.**
30. Corrobora esse entendimento o fato de que, atualmente, o serviço de bilhetagem e de monitoramento é exercido pela mesma empresa – FRIBURGO AUTO ONIBUS LTDA-FAOL – que opera o sistema de transporte público. Ainda assim, o Município do Rio de Janeiro executa a fiscalização.
31. O monitoramento, previsto no Edital em referência, não pode ser confundido com a fiscalização, de competência do Município, que não pode ser delegada a terceiro. O Município sempre irá fiscalizar o transporte público municipal, com o apoio das ferramentas de monitoramento. Agora, a Administração não demonstrou, por meio da justificativa, que o monitoramento, que é um serviço submetido aos parâmetros e aos controles de qualidade do Município, não pode ser realizado por empresa com relação com aquela que executa o transporte de serviço público municipal. As informações do monitoramento são objetivas, conforme regras contratuais, e a presunção de conflito de interesses (que parece motivar os itens em discussão) significa, em verdade, uma presunção de que a contratada no processo de licitação em comento não cumpriria suas obrigações (e até mesmo poderia fraudar/ocular documentos); presunção que não é compatível com o direito administrativo e com a legislação em comento.
32. A lisura da prestação dos serviços pode ser verificada por simples auditoria, não se podendo presumir um conluio entre empresas do mesmo grupo econômico ou com identidade de sócios para afastar um legítimo concorrente do certame.
33. Com efeito, o Município não justificou adequadamente a inserção da cláusula 7.4.6 no Edital ora impugnado. Considerando que o referido dispositivo pretende limitar a competitividade e a ampla concorrência do certame, era imperativa a adequada exposição da motivação. Ausente tal fundamentação, revela-se a nulidade dos referidos itens. Menciona-se precedente sobre o tema:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO PELO RITO SUMÁRIO. CONCURSO PÚBLICO. CARGO DE INSPETOR DE SEGURANÇA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA.

REPROVAÇÃO NA INVESTIGAÇÃO SOCIAL. ELIMINAÇÃO DO CONCURSO.

ATO ADMINISTRATIVO DESPROVIDO DE FUNDAMENTAÇÃO. NULIDADE.

VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.

ARTIGOS 2º E 48 DA LEI ESTADUAL 5.427/2009. 1. O controle dos atos da

Administração Pública pelo Poder Judiciário não viola o princípio da separação

dos poderes, uma vez que não visa a invadir o mérito administrativo, mas tão

somente avaliar a legalidade e razoabilidade da decisão examinada, bem como a

sua consonância com os princípios constitucionais. 2. O princípio da motivação

dos atos administrativos exige que a Administração Pública indique os

fundamentos de fato e de direito de suas decisões, e a sua obrigatoriedade

se justifica por se tratar de formalidade necessária para permitir o controle

de legalidade dos atos administrativos, bem como para possibilitar à parte

o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa. Artigos 2º e 48 da

Lei Estadual 5427/2009. 3. A Comissão Geral de Acompanhamento e observação

de candidatos, após analisar as informações oferecidas pela SISPEN -

Superintendência de Inteligência do Sistema Penitenciário no Relatório de

Pesquisa Social, deliberou pela contra-indicação do candidato e pela sua

consequente exclusão, com base nos itens 6.1.2.1, 15.1.4 e 15.1.5 do Edital nº

001/2012. Não informou, todavia, quais fatos apurados na investigação social não

condiziam com os referidos itens, violando, manifestamente, o princípio da

motivação dos atos administrativos. E, em decorrência de tal violação, o apelante

não teve acesso à informação de quais fatos foram considerados negativos a

ponto de justificar a sua eliminação do concurso. 4. Destarte, impõe-se a anulação

do ato administrativo que excluiu o autor-apelante do concurso, para que um novo

ato seja publicado, com a devida motivação dos fatos e fundamentos que levaram

à exclusão do candidato. 5.

PARCIAL PROVIMENTO DA APELAÇÃO. (TJRJ. AC Nº0012876-

28.2013.8.19.0001. Relator: Des(a). Cezar augusto rodrigues costa. Oitava

câmara cível. Julgamento: 29/04/2014. Publicado em: 02/05/2014)

34. Assim, por falta de motivação, os itens em referência devem ser suprimidos do Edital.

I.III DA NECESSIDADE DE PARCELAMENTO DO OBJETO DO CERTAME

35. Há, em acréscimo, um outro vício do Edital em comento. Sem justificativa plausível, o

Município de Nova Friburgo entendeu por bem licitar conjuntamente, sequer dividindo em

lotes, dois objetos completamente distintos: 1) gerenciamento e operação do sistema de

bilhetagem eletrônica e; 2) monitoramento do serviço municipal de transporte coletivo.

36. Ao assim proceder, o MNF violou o princípio do parcelamento, previsto no art. 23, §1º

da Lei nº 8.666/93, que dispõe que dois objetos só devem ser licitados conjuntamente se

demonstrada a inviabilidade técnica e econômica de serem objeto de concorrência em separado.

Art. 23. § 1º As obras, serviços e compras efetuadas pela Administração serão divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

37. Ocorre que o Município não demonstrou, em nenhum momento, a impossibilidade de se licitar separadamente a operação do sistema de bilhetagem e o monitoramento do transporte municipal. Tampouco se abordou a necessidade de os dois objetos serem licitados conjuntamente.

38. Na verdade, aparenta ser perfeitamente possível que os dois objetos sejam licitados em dois lotes distintos. Afinal, não há impedimento técnico, operacional ou econômico para tanto, uma vez que a prestação do serviço de bilhetamento em nada interfere no monitoramento do serviço de transporte e vice-versa.

39. Separar o objeto da licitação poderia trazer benefícios ao Município, visto que proporcionaria a provável participação de mais licitantes, favorecendo a ampla concorrência e competitividade do certame, bem como possibilitaria a apresentação de propostas mais vantajosas à Administração, geradas pela concorrência entre os licitantes.

40. Nesse sentido se direciona a jurisprudência dos tribunais, determinando a retificação de Editais que incorram no referido vício:

REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO. SERVIÇOS TÉCNICOS DE INFORMÁTICA. FRACIONAMENTO DO OBJETO. AMPLA PARTICIPAÇÃO E COMPETITIVIDADE. RETIFICAÇÃO DO EDITAL. SENTENÇA MANTIDA.

1. A empresa SAAE (serviço autônomo de água e esgoto) de Linhares, deflagrou processo licitatório de Pregão Presencial nº 0029/2016 tendo como objeto previsto em seu item 1, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de informática relativos à concessão de Licença de uso de sistemas integrados para a gestão pública, implantação, migração de dados, treinamento, capacitação, suporte técnico e manutenção corretiva, adaptativa e, evolutiva dos sistemas a serem implantados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares SAAE, por um período de 12 (doze) meses.

2. A licitação engloba duplo objetivo, o primeiro de proporcionar ao poder público o negócio mais vantajoso e, o segundo, de assegurar ao administrado a

oportunidade de concorrer, em igualdade de condições, com os demais interessados. Neste sentido ao unificar o objeto licitatório com dois sistemas de informática distintos por preço global, fere o caráter competitivo, impedindo a busca pela proposta mais vantajosa.

3. O procedimento licitatório adotado, infringiu critérios estabelecidos na Lei nº 8666/93, uma vez que, o arts. 3º, §1º e 44, § 1º estabelecem a vedação da Administração Pública estabelecer cláusulas que restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação e se utilizem de elementos subjetivos que ilidem o princípio da igualdade entre os licitantes.

4. O parcelamento do objeto da licitação democratiza o acesso às contratações públicas sendo uma expressa recomendação do legislador ordinário, conforme interpretação do artigo 23 §1º, da Lei 8666/93, pois visa buscar propostas mais vantajosas e econômicas para a Administração Pública, ampliando a competitividade e, com a divisão do objeto, tende a adequar as particularidades e especificidades que cada objeto exige.

5. Remessa conhecida. Sentença mantida. (TJES. Remessa Necessária nº 0017267-37.2016.8.08.0030. Relator : JORGE DO NASCIMENTO VIANA. Órgão: QUARTA CÂMARA CÍVEL. Data de Julgamento: 12/07/2021. Data da Publicação no Diário: 20/07/2021)

41. Compartilha do mesmo entendimento o Tribunal de Contas da União, que inclusive editou o Enunciado de Súmula nº 247, em que dispõe que:

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

42. Embora não tenha sido expressamente indicado pelo Município, a vedação de licitantes relacionados à concessionária do transporte público do município se direciona, aparentemente, apenas a um possível conflito de interesses entre a empresa que executa os serviços e a que os monitora, ou seja, em nada tem a ver com a prestação do serviço de bilhetagem eletrônica.

43. Dessa maneira, apresenta-se como solução de acordo com a parte final da Súmula 247 do TCU, em grau subsidiário, separar os objetos da licitação, mantendo a referida restrição somente em referência ao lote do serviço de monitoramento do serviço de transporte, garantindo, então, total competitividade em relação ao lote da bilhetagem.

II. **PEDIDO**

44. Por todo o exposto, vem a Autora requerer que seja reconhecida a ilegalidade dos itens 7.4.6, 7.4.7 e 7.4.8 do Edital do supracitado Pregão Eletrônico ou que seja reconhecida a necessidade de fracionamento do objeto de maneira que a vedação atualmente veiculada pelos itens 7.4.6, 7.4.7 e 7.4.8 apenas recaia sobre o monitoramento.

Nestes Termos,
Pede Deferimento.
Nova Friburgo, 11 de setembro de 2023.



Everton Winter da Silva

OAB/RJ-134.529

Processo Administrativo nº: 09233/2022.

Origem: Subsecretaria Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicações.

Processo nº. 09.233/2022 - EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 099/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telefonia fixa, comutada, serviço 0800, comunicação em nuvem, com ramais físicos, virtuais (softphones), serviço de comunicação unificada (UC), call center, sistema de URA para autoatendimento integrado com plataforma de whatsapp multi-atendente e API de integração com o banco de dados, sistema para envio de torpedo de voz em massa, Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) com ligações ilimitadas nas modalidades local e longa distância nacional, para terminais fixos e móveis, equipamentos com sobrevivência, em atendimento as necessidades da PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO e as unidades externas da Prefeitura Municipal.

Trata-se o presente sobre a análise da proposta apresentada pela 3ª colocada da fase de lances, "ERICTEL ASSESSORIA DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA" no Pregão Eletrônico 099/2023 realizado no dia 03/07/23 as 10h, que foi convocada para anexar sua Proposta ao sistema Comprasnet, e após enviada pelo setor de Pregão a esta Subsecretaria Municipal de Tecnologia da Informação e Comunicações, indagando se atende ao descritivo do edital.

O catálogo dos equipamentos enviados pela empresa foi analisado pelo setor técnico. No entanto, devido ao substancial volume de documentação técnica apresentada durante o processo, surge a necessidade primordial de solicitar uma demonstração prática das funcionalidades do software em relação às demandas estabelecidas no edital. Essa solicitação tem o objetivo de assegurar o órgão uma compreensão completa de como a solução se ajusta aos nossos requisitos específicos, ao mesmo tempo em que otimizamos a utilização do nosso tempo limitado.

Portanto, seguindo o disposto nas leis que regem as licitações e sendo sempre observados todos os princípios como da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, bem como da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo "**requer**", **considerando a urgência e por se tratar de um serviço essencial, que a apresentação da Eriotel seja agendada para dia 14 de Setembro de 2023 as 10:00 horas, devendo a empresa apresentar as funcionalidades descritas abaixo**

A amostra deverá ser composta de 6 ramais e os dispositivos listados abaixo:

- APARELHO TELEFÔNICO IP TIPO I – (Ramal 1).
- Computador Desktop ou Notebook – (Ramal 2)
- HEADSET USB – Tipo I – (Ramal 2).
- HEADSET BLUETOOTH – Tipo II – (Ramal 2).
- Dispositivos Móveis: Smartphone (ANDROID e IOS) e Tablet (Android e IOS) – (Ramais 3, 4, 5 e 6)

Recursos:

- A Solução deverá prover que cada um dos ramais possua números de telefone local (do código de área e região municipal da cidade que está instalada) e, portanto, esteja ligada a rede pública de telefonia.
- A Solução deve permitir o encaminhamento de chamada em caso de falha na rede do ramal para qualquer outro destino telefônico como por exemplo um outro número fixo ou um número celular.
- Rechamada: Permite que um Ramal, ao ligar para outro que esteja ocupado, realize uma rechamada quando o número de destino desocupar, mediante a digitação de um código.
- Dispositivos por usuários Nº 5: Permite que o ramal possa ser vinculado a vários tipos de dispositivos, seja aparelho, softphone mobile (smartphone e tablet) ou softphone para PC (desktop ou notebook).



- Função siga-me: Para casos de Não Atendimento, Caso Ocupado, Temporário;
- Software Desktop: Permitir utilização do ramal com um Softphone em desktops e notebooks.
- Software Mobile: Permitir utilização do ramal com um Softphone em um dispositivo móvel (Smartphones/tablets).
- Telefone Tipo I: Permitir utilização do ramal com um Telefone Tipo I.
- Discagem Abreviada: Permite o usuário gravar números que são chamados com frequência, atribuindo a eles um código curto de 2 dígitos após o comando configurado.
- Conferência até 15 participantes simultâneos. Através do ramal o usuário poderá adicionar vários participantes à uma conferência através de procedimentos com o telefone ou softphone.
- Transferência de dispositivos: o usuário que possuir mais de um dispositivo poderá, quando em conversação, puxar a chamada para qualquer outro dispositivo que possua. Este procedimento poderá ser feito várias vezes durante a chamada.
- Chat ponto a ponto; Chat em Grupo; Chat precisa ser persistente, ou seja, todo seu conteúdo deve ser armazenado na nuvem para poder ser recuperado através do cliente de PC ou cliente móvel;

Videochamada

- A sala de reunião virtual pessoal deverá permitir seu uso de forma imediata (sem a necessidade de envio de convite), mas também deve possuir mecanismo para envio de convites;
- Sala de reunião virtual pessoal para até 1000 participantes internos e externos;
- Deverá possuir colaboração com transmissão ao vivo no Youtube ou Facebook.
- A sala de reunião virtual pessoal deve permitir que participantes externos as empresas possam participar da reunião com os mesmos recursos dos participantes internos;
- A sala de reunião deve disponibilizar um número telefônico para que participantes externos possam participar mesmo que tenham apenas disponível um telefone fixo analógico de tal forma que pelo menos a áudio conferência será possível.
- Deve ser possível enviar um convite de reunião com o link de Internet para os participantes externos participarem da reunião.
- O usuário deve possuir um link específico e contínuo, referente a sua sala de reunião virtual;
- Deverá permitir a gravação das reuniões.
- Deverá possuir publicação nas lojas de aplicativos da Apple (App Store) e Android (Google Play)
- Deverá possuir colaboração com legendas em tempo real;
- Deverá possuir colaboração com integração de intérpretes;
- Deverá possuir colaboração com transcrições automáticas;
- Deverá possuir colaboração com tradução em tempo real;
- Deverá possuir envio de mensagem e compartilhamento de arquivos ilimitados.

Tabela de funcionalidades referente à amostra:

RECURSOS	ATENDE	NÃO ATENDE
APARELHO TELEFÔNICO IP TIPO I – (Ramal 1). (Telefone Tipo I: Permitir utilização do ramal com um Telefone Tipo I.)		
Computador Desktop ou Notebook – (Ramal 2)		
HEADSET USB – Tipo I – (Ramal 2).		
HEADSET BLUETOOTH – Tipo II – (Ramal 2).		
Dispositivos Móveis: Smartphone (ANDROID e IOS) e Tablet (Android e IOS) – (Ramais 3, 4, 5 e 6)		
A Solução deverá prover que cada um dos ramais possua números de telefone local (do código de área e região municipal da cidade que está instalada) e, portanto, esteja ligada a rede pública de telefonia.		
A Solução deve permitir o encaminhamento de chamada em caso de falha na rede do ramal para qualquer outro destino telefônico como por exemplo um outro número fixo ou um número celular.		
Rechamada: Permite que um Ramal, ao ligar para outro que esteja ocupado, realize uma rechamada quando o número de destino desocupar, mediante a digitação de um código.		
Dispositivos por usuários Nº 5: Permite que o ramal possa ser vinculado a vários tipos de dispositivos, seja aparelho, softphone mobile (smartphone e tablet) ou softphone para PC (desktop ou notebook).		
Função siga-me: Para casos de Não Atendimento, Caso Ocupado, Temporário;		
Software Desktop: Permitir utilização do ramal com um Softphone em desktops e notebooks.		
Software Mobile: Permitir utilização do ramal com um Softphone em um dispositivo móvel (Smartphones/tablets).		
Discagem Abreviada: Permite o usuário gravar números que são chamados com frequência, atribuindo a eles um código curto de 2 dígitos após o comando configurado.		
Conferência até 15 participantes simultâneos. Através do ramal o usuário poderá adicionar vários participantes à uma conferência através de procedimentos com o telefone ou softphone.		
Transferência de dispositivos: o usuário que possuir mais de um dispositivo poderá, quando em conversação, puxar a chamada para qualquer outro dispositivo que possua. Este procedimento poderá ser feito várias vezes durante a chamada.		
Chat ponto a ponto; Chat em Grupo; Chat precisa ser persistente, ou seja, todo seu conteúdo deve ser armazenado na nuvem para poder ser recuperado através do cliente de PC ou cliente móvel;		
A sala de reunião virtual pessoal deverá permitir seu uso de forma imediata (sem a necessidade de envio de convite), mas também deve possuir mecanismo para envio de convites;		
Sala de reunião virtual pessoal para até 1000 participantes internos e externos;		
Deverá possuir colaboração com transmissão ao vivo no Youtube ou Facebook.		
A sala de reunião virtual pessoal deve permitir que participantes externos as empresas possam participar da reunião com os mesmos recursos dos participantes internos;		
A sala de reunião deve disponibilizar um número telefônico para que participantes externos possam participar mesmo que tenham apenas disponível um telefone fixo analógico de tal forma que pelo menos a áudio conferência será possível.		
Deve ser possível enviar um convite de reunião com o link de Internet para os participantes externos participarem da reunião.		
O usuário deve possuir um link específico e contínuo, referente a sua sala de reunião virtual;		



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA

SECRETARIA DE FINANÇAS,
PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E GESTÃO

Deverá permitir a gravação das reuniões.		
Deverá possuir publicação nas lojas de aplicativos da Apple (App Store) e Android (Google Play)		
Deverá possuir colaboração com legendas em tempo real;		
Deverá possuir colaboração com integração de intérpretes;		
Deverá possuir colaboração com transcrições automáticas;		
Deverá possuir colaboração com tradução em tempo real;		
Deverá possuir envio de mensagem e compartilhamento de arquivos ilimitados;		

Nova Friburgo/RJ, 11 de setembro de 2023.

HUGO DE SOUZA CASCABULHO GARCEZ
Subsecretário de Tecnologia de Informação e Comunicações
Matr.: 063.029



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

SECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

PROCESSO Nº: 24.288/2023

RUBRICA: e FOLHA: 20

Comissão de Pregão I

Nova Friburgo, 12 de setembro de 2023.

À Secretaria Municipal de Governo

Assunto: **Impugnação Pregão Eletrônico nº 157/2023**

Encaminho o presente processo, na forma que dispõe o **item 5.1.1 do edital**, com as razões da impugnante para pronunciamento de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado, conforme Processo Administrativo Apenso nº 05.561/2023, pois este pregoeiro não possui a expertise para tal.

Atenciosamente,


LEONARDO GABRIG PEIXOTO
Pregoeiro – Comissão de Pregão I



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº _____
DATA AUTUAÇÃO: ____/____/____
Fls Nº _____ Rubrica _____

Processo: 24.288/23
Requerente: Everton Winter da Silva
Assunto: impugnação

À Procuradoria-Geral;

O novo edital de licitação correlato ao Pregão Eletrônico 157/23 - "Bilhetagem Eletrônica", foi publicizado na forma e no prazo legal, decorrente da análise dos pedidos de esclarecimentos e impugnações ofertadas naquela oportunidade, sendo cogente afirmar que fora interposta em desfavor do edital impugnação da empresa requerente.

Neste sentido, em virtude da prestação de serviço contratualizada perante a Fundação Copptec – com interveniência do programa de engenharia da Coppe/UFRJ, a referida impugnação foi discutida com a contratada, porém cingindo-se as impugnações as questões de ordem jurídica, as mesmas foram analisadas à luz das questões jurídico/legais, para a submissão a esta especializada jurídica para manifestação final.

A toda evidência, a manifestação do I. Impugnante vai exatamente ao encontro das razões que levaram o Poder Público a estabelecer que empresas do mesmo grupo econômico não podem concorrer em ambas as licitações. Terão de escolher: ou participam do pregão eletrônico da EGS ou participam da licitação da operação.

Assim, segue a fundamentação já apresentada nas impugnações do Dr Humberto Alvarez que é advogado da Nova Faol, da FRICARD e da RIOCARD que conforme estabelecido nas razões de impugnação do Dr Everton, fazem parte do mesmo grupo econômico.

DOS FUNDAMENTOS

Impugnação ao item 7.4.6 do Edital nº 157/23

Alega o Impugnante/Empresa *"que os itens 7.4.6 e 7.4.8 possuem demasiada distinção que impedem empresas licitantes de participarem sem que haja o devido amparo na legislação"*. Alegam que tais itens do edital afrontariam especificamente o art. 9º da Lei 8.666/93.

Destarte, quanto a suposta ilegalidade em dissonância com o artigo 9º da Lei 8.666/93, necessário pontuar que o referido artigo estabelece regra referente ao agente público nos certames licitatórios, portanto, com o devido acatamento o Município não afrontou legislação licitatória ao incluir a vedação ora discutida, posto que a regra incerta no item 7.4.6. e segs. não tem nenhuma pertinência nem tampouco conflito com o artigo 9º da Lei 8.666/93.

Com o desiderato de demonstrar que a norma do artigo 9º em nada se amolda ao que pretende o Impugnante/Empresa ver deferido, qual seja, a ilegalidade do ato, veja o que fora preconizado no Acórdão 607/2011-Plenário do TCU:

"mesmo que a Lei nº 8.666, de 1993, não possua dispositivo vedando expressamente a participação de parentes em licitações ..., vê-se que foi essa a intenção axiológica do legislador ao estabelecer o art. 9º dessa



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº _____
DATA AUTUAÇÃO: ____/____/____
Fls Nº _____ Rubrica _____

Lei, em especial nos §§ 3º e 4º, vedando a prática de conflito de interesse nas licitações públicas...”

Em artigo do blog da Zênite restou claramente definido qual é a verdadeira razão da vedação do art. 9º, em especial no Inciso III da Lei 8666/93:

A finalidade da norma é impedir que o sujeito se beneficie da posição que ocupa na Administração Pública para obter informações privilegiadas em detrimento dos demais interessados no certame, interferindo de modo negativo na lisura do procedimento. A Lei pretende, mediante tal vedação, resguardar os princípios da moralidade e da igualdade previstos no seu art. 3º, fundamentais para a regularidade do procedimento licitatório. (https://zenite.blog.br/?gclid=Cj0KCQjwmICoBhDxARIsABXkXIL_-qf0uIp5ARCKv_zdFLO3PHXwCxN8xF2G7lyDTV2pHAKKjtMGrHYaAtDHEALw_wcB&doing_wp_cron=1694526183.6901860237121582031250)

Da mesma forma o Acórdão 1941/2013-Plenário do TCU:

“a despeito de não haver, na Lei nº 8.666/1993, vedação expressa de contratação, pela Administração, de empresas pertencentes a parentes de gestores públicos envolvidos no processo, a jurisprudência desta Corte tem se firmado no sentido de considerar que há um evidente e indesejado conflito de interesses e que há violação dos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade.”

O Tribunal de Conta do Estado de São Paulo analisando o artigo 9º da Lei 8.666/93 assim se posicionou:

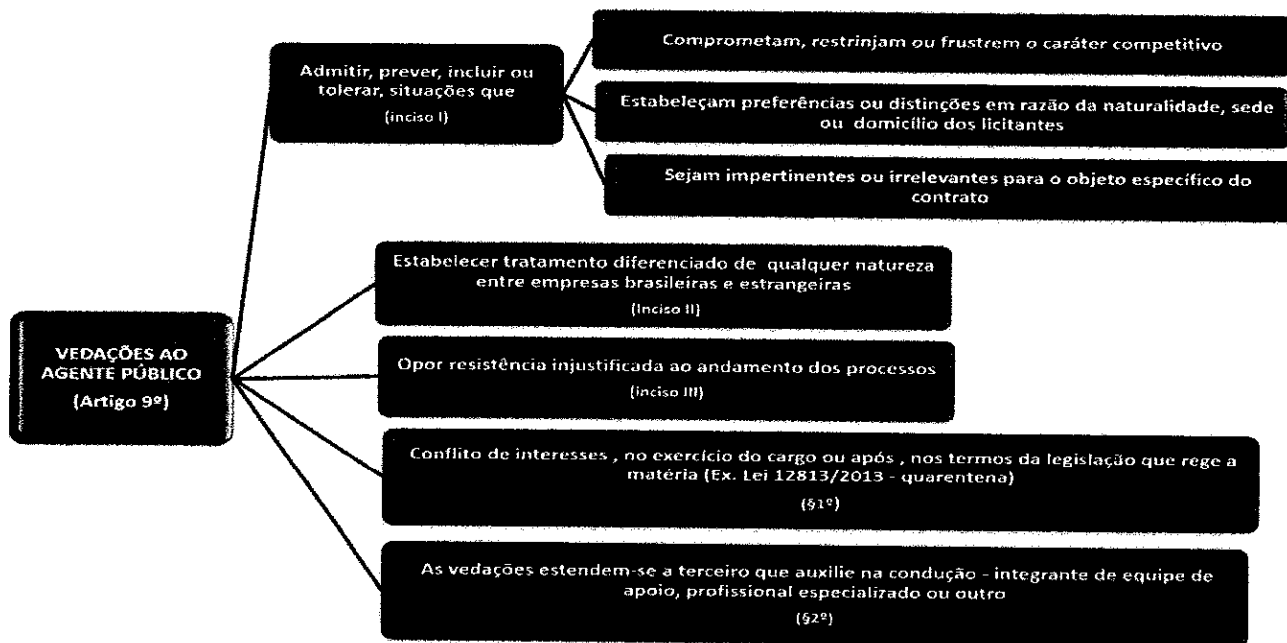
“artigo 9º estabelece as vedações ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei. O inciso I estabelece a impossibilidade de se admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, as situações estabelecidas nas letras “a” a “c”. O inciso II visa vedar o estabelecimento de tratamento diferenciado de qualquer espécie e o inciso III visa dar atendimento aos princípios da celeridade, da eficiência, do interesse público e da legalidade, entre outros, ao vedar a oposição de resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.



O §1º trata da obrigatoriedade de se observar situações que possam configurar conflito de interesses, nos termos da legislação que disciplina a matéria, sendo tal matéria disciplinada, no âmbito do Poder Executivo Federal, através da Lei nº 12.813/2013.

O §2º estende as vedações do artigo em comento aos terceiros que auxiliem a condução da contratação na qualidade de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

Elaboramos o diagrama que segue visando uma melhor visualização do presente artigo:"



No mesmo sentido tem-se a doutrina do brilhante Marçal Justen Filho, ao comentar o artigo 9º da lei 8.666/93:

"1) Impedimento do Direito de licitar

As vedações do art. 9º retratam derivação dos princípios da moralidade pública e isonomia. A lei configura uma espécie de impedimento, em acepção similar à do direito processual, à participação de determinadas pessoas na licitação. Considera um risco a existência de relações pessoais entre os sujeitos que definem o destino da licitação e o particular que licitará. Esse relacionamento pode, em tese, produzir distorções incompatíveis com a isonomia. A simples potencialidade do dano é suficiente para que a lei se acautele. Em vez de remeter a uma investigação posterior, destinada a comprovar anormalidade da conduta do agente, a lei determina seu afastamento a priori. O impedimento consiste no afastamento preventivo daquele que, por vínculos pessoais com a situação concreta, poderia obter benefício especial e incompatível com o princípio da isonomia.

O impedimento abrange aqueles que, dada a situação específica em que se encontram, teriam condições (teoricamente) de frustrar a competitividade, produzindo benefícios indevidos e



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº _____
DATA AUTUAÇÃO: ____/____/____
Fls Nº _____ Rubrica _____

reprováveis para si ou terceiro. (JUSTEN FILHO. Marçal, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 9ª edição, São Paulo: Editora Dialética, 2002, pág. 131).”

Os Tribunais ao se debruçarem sobre o assunto, assim decidiram;

“APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA - PRELIMINARES - LITISPENDÊNCIA, CONEXÃO, SUSPEIÇÃO E NULIDADE DO INQUÉRITO CIVIL - REJEITADAS - SENTENÇA ULTRA PETITA - ACOLHIDA - DECOTE DA PENA DE RESSARCIMENTO - PEDIDO FORMULADO EM AÇÃO POPULAR - MÉRITO - LICITAÇÃO PARA SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULO DE CÂMARA MUNICIPAL - EMPRESA VENCEDORA - SÓCIO-PROPRIETÁRIO - MARIDO DA EX-PRESIDENTE DA CÂMARA - SUPERFATURAMENTO DOS SERVIÇOS EM VALORES E QUANTIDADES - CONSTATADO - DIÁRIA DE VIAGEM - REEMBOLSO - AUSÊNCIA DE PROVAS DA REALIZAÇÃO DA VIAGEM - PAGAMENTO EFETUADO À PRIMEIRA RÉ - ELEMENTO SUBJETIVO DOLOSO - PRESENÇA DE PROVAS - RECURSO DESPROVIDO. - Inexistindo identidade de partes e pedidos entre a ação popular em curso e a ação civil pública por ato de improbidade administrativa, (...) nas hipóteses do artigo 9º da Lei n. 8.666/1993, previsão legal que obste a participação de parentes de agentes políticos em licitação, deve ser reconhecida a prática de atos de improbidade administrativa que importaram enriquecimento ilícito, lesão ao erário e ofensa aos princípios que regem a administração, consubstanciados no superfaturamento dos serviços de manutenção de veículo de propriedade da Câmara Municipal, prestados pelo contratado. - Há ato de improbidade na conduta da Vereadora que recebe reembolso de diária de viagem, que deveria ter sido paga ao motorista da Câmara Municipal, sobretudo quando a prova presente nos autos indica que a viagem sequer foi realizada. (TJ-MG - Apelação Cível 1.0642.18.000578-6/001, Relator(a): Des.(a) Luís Carlos Gambogi, julgamento em 09/03/2023, publicação da súmula em 13/03/2023)”

“PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO DE EFEITO ATIVO. AÇÃO POPULAR COM PEDIDO DE LIMINAR. CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO COM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA CUJO SÓCIO-ADMINISTRADOR REPRESENTA INTERESSES PRIVADOS DE GESTOR DO ÓRGÃO CONTRATANTE. VEDAÇÃO CONSTANTE NO ART. 9º, §3º DA LEI Nº 8.666/93 E NO EDITAL DA LICITAÇÃO QUE DEU ORIGEM À CONTRATAÇÃO. NECESSIDADE DE RESGUARDAR OS COFRES PÚBLICOS DE POSSÍVEL IRREGULARIDADE. REQUISITOS DA PROBABILIDADE DO DIREITO E DO PERIGO DA DEMORA PREENCHIDOS. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA (...) que o sócio-administrador do escritório contratado pela câmara de vereadores representou os interesses privados de dirigente do órgão contratante em vários processos judiciais, infringindo a Lei de Licitações e o edital do certame, restando, assim, evidenciada a probabilidade do direito. 5. Considerando já terem sido realizados, em favor do escritório de advocacia contratado, pagamentos que somam expressivo valor, além da possibilidade de continuarem sendo realizados novos pagamentos a cada mês, resta demonstrado o perigo da demora pela necessidade de resguardar os cofres públicos, requisito necessário à concessão da tutela de urgência pleiteada. 6. Agravo de instrumento conhecido e parcialmente provido. Decisão interlocutória reformada. (TJ-CE; Agravo de Instrumento - 0640518-



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº _____
DATA AUTUAÇÃO: ____/____/____
Fls Nº _____ Rubrica _____

72.2022.8.06.0000, Rel. Desembargador(a) JOSÉ TARCÍLIO SOUZA DA SILVA, 1ª Câmara Direito Público, data do julgamento: 15/05/2023, data da publicação: 16/05/2023)

“AGRAVO DE INSTRUMENTO - MANDADO DE SEGURANÇA - MEDIDA LIMINAR DEFERIDA NA ORIGEM - SUSPENDER LICITAÇÃO - IMPEDIMENTO DA CONCORRENTE - SÓCIO DIRIGENTE DO ÓRGÃO LICITANTE - POSSIBILIDADE DE FRUSTAR LICITAÇÃO - REQUISITOS NÃO DEMONSTRADOS - INDEFERIMENTO DA LIMINAR - RECURSO PROVIDO - Não demonstrado, de plano, que os sócios da empresa concorrente ocupam cargo diretivo no órgão licitante, tampouco a existência de vínculo apto a frustrar a concorrência (art. 9º, da Lei 8.666/93), não está autorizada a suspensão do procedimento licitatório em caráter liminar. - Recurso provido. (TJ-MG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.22.209761-0/001, Relator(a): Des.(a) Renan Chaves Carreira Machado (JD Convocado), julgamento em 15/02/2023, publicação da súmula em 17/02/2023):”

Disto isto, considerando, desta feita, que a vedação lastreada no item 7.4.6, 7.4.7 e 7.4.8 não estão coadunadas com a previsão legal do artigo 9º da Lei 8.666/93, resta evidente a necessidade peremptória de afastar qualquer ato ilegal, sem sequer olvidar de que a vedação não tem a pretensão de alijar do certame os interessados, contudo, **pretende sim alijar os conflitos de interesses dos atos que posteriormente serão praticados pelas empresas que atuem no ramo de bilhetagem eletrônica e ao mesmo tempo tenham relação societária/comercial com as empresas operadoras do transporte e vice-versa, com arrimo nos princípios da eficiência, da moralidade e transparência.**

Por outro lado, a previsão editalícia impugnada representa mecanismo para mitigar os efeitos nefastos do conflito de interesses representado pela eventual participação em licitação de parte diretamente relacionada aos operadores do transporte coletivo. No fim das contas, o que está sendo vedado é o efetivo conflito de interesses na licitação.

Aliás, é digno de nota que a legítima pretensão do Município de Nova Friburgo ao incluir a impugnada vedação no Edital nº 157/2023 já foi objeto de discussão no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro quando da realização da licitação de empresa de bilhetagem eletrônica na cidade do Rio de Janeiro

Curiosamente, naquela oportunidade, a Impugnante era a empresa RIOCARD, que, s. m. julgamento, utilizou-se dos mesmos argumentos que o ora impugnante apresenta em nome próprio.

Naquela oportunidade, a RIOCARD conseguiu liminar do MM. Juízo da 10ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital (**processo nº 0265827-34.2021.8.19.0001**) suspendendo a tramitação do processo licitatório. Assim se manifestou o agravante:

“Para Felipe Henrique Braz Guilherme, a atividade de controle do sistema de bilhetagem eletrônica possui caráter nitidamente fiscalizatório e de organização do serviço público, por esse motivo não seria viável ficar a cargo do próprio concessionário do serviço público de transporte. Nas claras lições do autor: “Sabendo, por exemplo, que o sistema de bilhetagem eletrônica é o principal mecanismo responsável pelo cálculo tarifário, é que não nos parece apropriado o seu controle pelo concessionário. Há, notadamente, uma incompatibilidade entre



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº _____
DATA AUTUAÇÃO: ____/____/____
Fls Nº _____ Rubrica _____

o poder do sistema e os interesses do concessionário, de modo que o controle por esse possa se mostrar extremamente inseguro. Por esse motivo, é que o Direito Administrativo busca que atribuições e responsabilidades conflitantes sejam separadas entre pessoas distintas. Tal orientação observa o que chamamos de segregação de funções, que é definido pelo Tribunal de Contas da União como: 'princípio básico de controle interno essencial para a sua efetividade. Consiste na separação de atribuições ou responsabilidades entre diferentes pessoas, especialmente as funções ou atividades-chave de autorização, execução, atesto/aprovação, registro e revisão ou auditoria'. O referido princípio consiste na própria garantia da independência da fiscalização, conforme também já assentou o TCU outra ocasião: 'Não faz sentido que o órgão executor e fiscalizador sejam o mesmo. Com fundamento no princípio da segregação de funções, como garantia da independência da fiscalização, é fundamental que o agente fiscalizador não seja ao mesmo tempo executor. Mais ainda, é essencial que o agente que fiscaliza detenha independência e não tenha compromissos ou relações com o órgão executor. Atribuir a execução e fiscalização a um mesmo agente seria ir contra todos esses princípios'. A segregação de funções, ao nosso ver, impede que o controle do sistema de bilhetagem eletrônica seja atribuído ao concessionário, sob pena de se pôr em risco a segurança do serviço público de transporte coletivo".

Mais adiante, a peça de agravo fixa outro viés importante na discussão, qual seja, "Embora se reconheça que o princípio da competitividade imponha à Administração a busca pelo maior número de competidores, de modo a se afastar exigências que indevidamente restrinjam ou frustrem a participação (art. 37, XXI, CF/88), servindo como norte interpretativo, a moralidade pública, a impessoalidade, a economicidade e a eficiência autorizam a inclusão de dispositivos que visem mitigar o eventual conflito de interesses, a incompatibilidade da cumulação de serviços (bilhetagem e transporte) e a vedação à participação dos detentores de informações privilegiadas."

Outrossim, resta claro e evidente que o normatizado no artigo 9º da Lei 8.666/93 tem reflexo em outro seara, como citado acima, deve-se levar em conta a interpretação da norma (artigo 9º), nesta senda veja o que fora delineado no agravo de instrumento citado acima.

"Ao tratar do tema [interpretação e aplicação do artigo 9º da Lei 8.666/93], Marçal Justen Filho refuta essa interpretação restritiva, indicando a necessária observância dos objetivos e finalidades da norma:

"Nem se diga que as regras legais restritivas devem ser interpretadas restritivamente. Esse princípio de interpretação não é absoluto, mas é contemplado por outros princípios. O intérprete deve apurar a extensão da vontade legislativa. Mesmo quando a regra legal tem natureza restritiva, tem de reconhecer-se que abrange a todas as hipóteses a que se destina regular. A interpretação restritiva prevalece quando dúvida invencível se apresentar acerca da extensão da disciplina legal." A configuração de um possível conflito de interesses demanda uma atuação preventiva, com o estabelecimento do impedimento em participar da licitação, em respeito ao princípio da moralidade. A interpretação teológica do artigo 9º da Lei 8.666/93 permite a estipulações de impedimentos que, conforme o objeto licitado, evitem uma potencial situação de conflito de interesses."

No entanto, a Exma. 13ª Câmara Cível do TJRJ, ao analisar o Agravo de Instrumento apresentado pelo Município do Rio de Janeiro, CONCEDEU EFEITO SUSPENSIVO da liminar deferida sob os seguintes argumentos:



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº _____
DATA AUTUAÇÃO: ____ / ____ / ____
Fls Nº _____ Rubrica _____

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0088964-32.2021.8.19.0000

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

AGRAVADO: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A

RELATOR: DES. JUAREZ FERNANDES FOLHES DECISÃO

(Deferimento de pedido de efeito suspensivo)

Trata-se de agravo de instrumento, com pedido de concessão de efeito suspensivo, interposto pela parte ré – MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – em face de decisão interlocutória prolatada pelo Juízo da 10ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital, em Ação de Obrigação de Fazer deflagrada por RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A, nos seguintes termos

(...)

Ora, se é possível elastecer a hipótese do Inciso III do art. 9 da Lei 8666/93, para proibir a participação indireta de servidor ou dirigente de órgão e entidade com o prestador de serviço, obviamente garantindo a igualdade entre os licitantes e com isso restringindo o caráter competitivo da disputa, com a mesma razão afigura-se viável proibir a participação de empresas associadas e entidades ligadas ao setor de transporte, relativamente ao serviço de bilhetagem eletrônica, ante a evidente possibilidade de obtenção de informações privilegiadas, em prejuízo aos demais licitantes, como ocorreu.

Ora, ao vedar a participação de sociedades empresárias operadoras dos serviços urbanos de transporte coletivo e suas subsidiárias, além de confederações, federações, sindicatos e associações ligadas ao referido ramo (prestador de serviço de transporte), o Município não vedou apenas a participação da recorrida, mas de todas as empresas e entidades que se enquadrassem em referido conceito. Assim, não se verifica uma vedação em particular, mas abstrata, apontando a direção que a Administração pretende seguir a partir do referido Certame.

A peça de agravo ainda colaciona o seguinte:

“É o que a doutrina denomina desconcentração societária:

“(…) por força da qual, mediante um controle das estruturas, o mesmo grupo econômico não pode concentrar mais de uma etapa do ciclo econômico do serviço público, evitando-se, por consequência, que empresas do mesmo grupo sejam geradoras, distribuidoras e comercializadoras de energia elétrica. Essa medida pode ser implementada tanto a posteriori, determinando a cisão ou a venda de participações societárias de concentrações já existentes, como a priori, através de normas que restringem ou sujeitam à aprovação administrativa a aquisição de capital acionário de empresas pertencentes ao mesmo setor, a participação em licitações ou a outorga de autorizações a empresas pertencentes a grupos econômicos que já atuam no setor.”⁸ Como visto, a experiência então existente de congregar em um único ator a prestação dos serviços de transporte e bilhetagem, representou manifesto prejuízo ao interesse público (caixa preta), inviabilizando o pleno exercício da política tarifária pelo gestor. Reconheceu-se, assim, a incompatibilidade da congregação das atividades de bilhetagem e de transporte em um mesmo prestador. Por consequência, aqueles que possuem relação com os atuais concessionários do serviço de transporte encontram-se impedidos de participar da



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº _____
DATA AUTUAÇÃO: ____ / ____ / ____
Fls Nº _____ Rubrica _____

licitação; havendo o claro propósito do Município, dentro de sua política regulatória, de que haja atores diversos na prestação do serviço de transporte e na prestação do serviço de bilhetagem, em respeito à moralidade e à eficiência administrativas.”

Deste modo, com o devido acatamento dos que pensam em sentido contrário, entendo não haver nenhuma ilegalidade na vedação inserida nos itens 7.4.6, 7.4.7 e 7.4.8 do Edital e com fundamento nos princípios que norteiam a Administração Pública, refutar conflito de interesse entre aqueles que operam SBE e/ou o transporte público é fundamental para lisura da licitação e posteriormente a eficiência e a transparência da prestação de serviço de bilhetagem - Pregão 157/23 e a prestação de serviço de transporte público que será outorgada através de concessão.

Contudo, sobreveio decisão liminar (em anexo) para que o item 7.4.6 e os subitens 7.4.7 e 7.4.8 sejam suspensos, porém esta Procuradoria já interpôs Agravo de Instrumento em desfavor da decisão.

Quanto ao argumento de “*evidente falta de planejamento desta licitação*”, este não passa de mero descontentamento estando dissociado do real princípio basilar que norteiam os atos públicos que é premissa do interesse público.

Do suposto Vício de Motivação

Apesar de exaustivamente demonstrado linhas acima que o interesse público está acima dos interesses econômicos e que a preservação do princípio da transparência e legalidade se impõem no presente edital, digno de nota que a linha de argumentação do I. Impugnante, leva ao leitor desatento a entender que a atual operadora do transporte público municipal já é a vencedora do processo licitatório que ainda nem começou, sennão vejamos:

“O Município de Nova Friburgo entendeu por bem vedar a participação de qualquer sociedade que tenha ligação de fato ou de direito em seu quadro societário com a atual concessionária do transporte público do município.”

Não se pode perder de vistas no item 30 o I. Impugnante afirma que atualmente o serviço de bilhetagem e monitoramento é exercido pela mesma empresa, sendo exatamente isso que se busca evitar.

Inobstante, observemos que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro na ação em que a RIOCARD tentou suspender o processo licitatório da bilhetagem eletrônica da capital, através do Agravo de Instrumento (0089293-44.2021.8.19.0000) onde conseguiu efeito suspensivo da liminar de primeira instância, assim se manifestou:

“Mas onde está o conflito de interesses a ser afastado?”

A resposta é clara e salta aos olhos: as concessionárias que devem ser monitoradas através de dados extraídos do sistema de bilhetagem não podem ser as mesmas a gerenciá-lo. É, no dizer popular, “deixar a raposa tomar conta do galinheiro”.



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº _____
DATA AUTUAÇÃO: ____/____/____
Fls Nº _____ Rubrica _____

Como já foi dito e redito, a FETRANSPOR é composta pelas concessionárias que atuam no transporte municipal. Por sua vez, ela também é a principal controladora da Riopar, subsidiária controladora da agravada, empresa responsável pelo sistema de bilhetagem.

Conforme apontado acima, um dos objetivos primordiais da concessão do serviço de bilhetagem eletrônica consiste na instituição de mecanismos transparentes e eficientes para o monitoramento do serviço de transporte público coletivo, seja no que diz respeito ao serviço prestado (p.ex., volume da frota de ônibus em operação) quanto à arrecadação tarifária (p.ex., quantidade de passageiros embarcados em cada linha). As informações colhidas através do sistema de bilhetagem eletrônica constituem fatores determinantes para a revisão das tarifas cobradas pelas operadoras de transporte, que tem sido inviabilizada em razão da ausência de transparência e confiabilidade das informações prestadas pela FETRANSPOR (a denominada "caixa-preta").

O conflito de interesses se coloca, portanto, em cenários nos quais os incentivos econômicos da concessionária de um serviço estejam desalinhados com os interesses do Poder Concedente, ou seja: quanto o inadimplemento dos deveres assumidos pelo concessionário puder lhe ser economicamente mais vantajoso do que o fiel cumprimento das obrigações assumidas perante o Poder Concedente.

Especificamente no caso em tela, conceder a uma empresa controlada pelos próprios operadores do sistema de transporte a função de monitorar os serviços prestados e a arrecadação auferida por esses mesmos operadores gera um incentivo econômico para a ocultação ou manipulação de informações que sejam potencialmente desvantajosas para as empresas de ônibus (p.ex., que permitissem a revisão tarifária em termos mais favoráveis para os usuários). Fulminar-se-ia, assim, um dos objetivos primordiais da licitação de bilhetagem eletrônica, no que diz respeito aos ganhos de transparência e confiabilidade no monitoramento e fiscalização do serviço de transporte público.

(...)

Um conflito de interesses similar vem ocorrendo há anos no Município do Rio de Janeiro, na medida em que o fornecimento de informações transparentes e confiáveis ao Poder Concedente não se revela vantajosa aos interesses econômicos das empresas de ônibus. Até hoje o tão almejado reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão do serviço de transporte não se efetivou, privando-se a coletividade de possível redução dos valores das tarifas. Isso porque a FETRANSPOR e as suas subsidiárias não apresentam dados confiáveis que possam ser auditados. Há significativas "sobras" no sistema de bilhetagem que não aparecem na prestação de contas, tais como aquelas oriundas de cartões extraviados, créditos não utilizados, dentre outros.



Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº _____
DATA AUTUAÇÃO: ____/____/____
Fls Nº _____ Rubrica _____

E é por isso que quem presta o serviço de transporte não pode operar o sistema de bilhetagem."

Ademais, não buscou o Poder Público Municipal afirmar que a atual empresa que opera o transporte público neste município incorre, ou já, incorreu em alguma ilicitude apontados pelo MPE ocorridos na capital.

Entretanto, considerando a real necessidade de ser estabelecer um novo modelo de gestão para o serviço de transporte público em Nova Friburgo, buscou-se as melhores e mais atuais práticas para o mercado, sendo certo que consta expressamente estabelecido no item 4 do edital, ora impugnado.

Inobstante ao acima exposto, no âmbito do Processo TCE/RJ n. 106.231-3/17 extrai-se o relatório de Auditoria Governamental Extraordinária, em que define o que sistema de bilhetagem eletrônica e fica demonstrado sua importância:

"O SBE é um sistema eletrônico e/ou informatizado que controla o acesso dos passageiros nos diferentes modos de transporte existentes através de dispositivos específicos. Várias regiões metropolitanas do mundo implementaram esse sistema, uma vez que ele possui características intrínsecas que proporcionam, dentre outras, diversas vantagens:

.contabilizar transações financeiras relativas a viagens em meios de transportes públicos;

. geração de redes de integração, facilitando a implementação de políticas públicas para que o usuário utilize diversos modos de transporte com tarifas diferenciadas;

. flexibilidade tarifária para cobrança, possibilitando cobrança por trecho, horário, região, frequência, ou tipo de usuário (idosos, estudantes, baixa renda, pessoas com deficiência, etc);

. integração com outros sistemas de transporte inteligentes (GPS, gerenciamento de estacionamento, sinalização de trânsito e etc);

. melhoria do acesso dos usuários aos modos de transporte pelas catracas, devido à redução do uso de dinheiro para pagamento e de inerente necessidade de troco;

. aumento da segurança dos usuários, motoristas e cobradores em relação a roubos;

. redução dos índices de fraudes por falsificação ou uso indevido do vale-transporte em papel;

. ganhos com floating devido aos valores adquiridos antecipadamente e ainda não utilizados pelos usuários;

. centralização das informações, permitindo um melhor planejamento de demanda e oferta de transportes, além de se criar um poderoso banco de dados que serve como subsídio para a realização de procedimentos licitatórios."



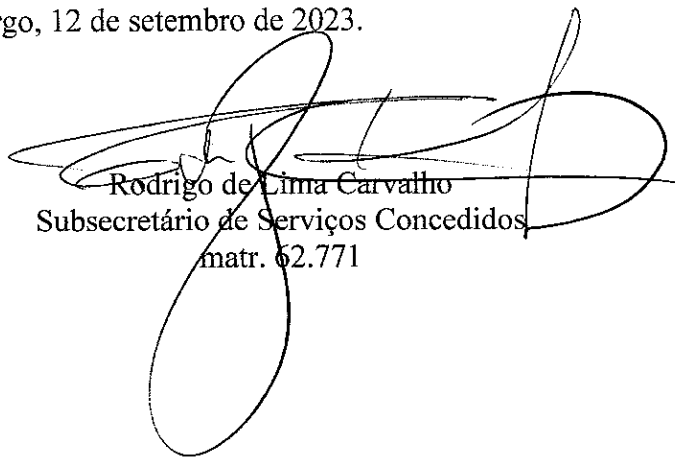
Prefeitura Municipal de Nova Friburgo
Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Governo

PROCESSO Nº _____
DATA AUTUAÇÃO: ____ / ____ / ____
Fls Nº _____ Rubrica

Portanto, considerando a especificidade do objeto da licitação, bem como todas as justificativas acima expostas, não há que se falar em fracionamento em dois lotes.

Com efeito, segue o procedimento para análise jurídica referente a impugnação juntada aos autos.

Nova Friburgo, 12 de setembro de 2023.



Rodrigo de Lima Carvalho
Subsecretário de Serviços Concedidos
matr. 62.771



12/09/2023

Número: 0808255-89.2023.8.19.0037

Classe: TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE

Órgão julgador: 3ª Vara Cível da Comarca de Nova Friburgo

Última distribuição : 11/09/2023

Valor da causa: R\$ 10.000,00

Assuntos: Nulidade de Ato Administrativo

Segredo de justiça? NÃO

Justiça gratuita? NÃO

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? SIM

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A (AUTOR)		FELIX COHEN (ADVOGADO) ANTONIO CESAR ROCHA ANTUNES DE SIQUEIRA (ADVOGADO) LUISA CRISTINA BOTTREL SOUZA (ADVOGADO) MARIANA RIBEIRO SIQUEIRA (ADVOGADO) FRANCISCO DE ALMEIDA E SILVA (ADVOGADO) PEDRO PEDROSA DE ANDRADE FIGUEIRA (ADVOGADO) FELLIPHE PEREIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) ISABELLA CORREA MELO LIMA (ADVOGADO)	
Município de Nova Friburgo (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
76688897	11/09/2023 17:22	Decisão	Decisão

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Comarca de Nova Friburgo

3ª Vara Cível da Comarca de Nova Friburgo

Avenida Euterpe Friburguense, 201, Centro, NOVA FRIBURGO - RJ - CEP: 28605-130

DECISÃO

Processo: 0808255-89.2023.8.19.0037

Classe: TUTELA ANTECIPADA ANTECEDENTE (12135)

AUTOR: RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMACAO S A

RÉU: MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

1 - Tratam-se os autos de *“ação pelo procedimento comum com pedido de concessão de tutela de urgência”* proposta por **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A (“RioCard TI”)** em face de **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO**.

A inicial preenche os requisitos essenciais da inicial e não se trata de caso de improcedência liminar do pedido, tampouco hipótese que desautoriza autocomposição.

2 – Considerando que, diante dos interesse em disputa a autocomposição mostra-se inviável, **DEIXO DE DETERMINAR A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**.



3 – Cite-se o Município Réu para ofertar Contestação no prazo legal, sob pena de ser considerado revel e presumirem-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).

4 – Com relação ao requerimento de concessão de tutela de urgência requerida, mister fazer breves apontamentos.

Consoante se depreende dos autos, a parte Autora pretende obter a concessão da tutela de urgência para determinar a suspensão dos efeitos da Cláusula 7.4.6, do Edital de Licitação nº 157/2023 do Município de Nova Friburgo, com sessão pública marcada para o dia 14 de setembro do corrente ano, com o objetivo primordial de autorizar a empresa **RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A (“RioCard TI”)** a participar da indicada licitação.

Segundo narrado na exordial, a já citada cláusula 7.4.6 do instrumento convocatório prevê restrição indevida à participação da parte autora no indicado certame licitatório, uma vez que impede a participação de empresas integrantes de mesmo grupo econômico de operadora do sistema de transporte por ônibus.

Vejamos a indicada previsão do Edital Licitatório:

7.4 - Não poderá participar da presente licitação as empresas



que:

(...)

7.4.6 - Participem de sociedades empresárias operadoras do sistema de bilhetagem eletrônica e monitoramento de frota pertencentes a um grupo econômico, de fato ou de direito, assim entendidas aquelas que possuam, no todo ou em parte, identidade de sócios, dirigentes ou membros de conselho, bem como de empresas das quais estas ou seus sócios tenham participação societária ou sejam controladores que operem o sistema de transporte público (...).

Assim, convém registrar que, passo a apreciar diretamente o pedido de concessão de tutela de urgência, sem a previa oitiva do ente público municipal, em decorrência do curto prazo para realização do procedimento licitatório (14/09/2023).

Em sede de cognição sumária, com fundamento no artigo 300 do Código de Processo Civil, impõe-se, neste momento processual, a concessão da tutela antecipada requerida, conforme passa-se a fundamentar.

Impõe-se consignar, em tal diapasão, que o artigo 300 do CPC dispõe que:

“A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou



risco ao resultado útil do processo.”

No que concerne ao requisito da probabilidade do direito, como cediço, o art. 9º da Lei Federal 8.666/93 proíbe a participação de algumas pessoas em casos específicos – autor do projeto (inc. I), empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou executivo (inc. II), servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação (inc. III).

Uma vez que este rol é taxativo, não se pode concluir que exista impedimentos além desses e, portanto, qualquer proibição na participação de empresa que tenha em seu quadro societário outra empresa não se justifica.

Com efeito, o Egrégio Tribunal de Contas da União, nos autos do Acórdão nº 010.468/2008-8, se manifestou no seguinte sentido:

“Hoje, diante do texto legal, tal como se encontra redigido há mais de vinte anos, uma mesma empresa não pode apresentar duas propostas, mas nada impede que empresas distintas, embora vinculadas a um mesmo grupo econômico, apresentem diferentes propostas.

À luz do quanto foi acima exposto, pode-se afirmar, com segurança, que a simples participação, nos mesmos



procedimentos licitatórios, de duas empresas cujas ações ou cotas pertencem ao mesmo grupo de pessoas, não configura violação ao sigilo da licitação nem fraude comprometedora da competitividade do certame." (grifo nosso).

Não há na legislação vigente expressa vedação na participação de empresa com ações ou cotas pertencentes à outra empresa ou grupo em processos de licitação pública.

O que há nessa seara é a vedação da participação de empresas consorciadas (art. 33, Lei nº 8.666/93), que não se confundem com empresas de um mesmo grupo econômico.

No mesmo sentido é o entendimento pacífico nos tribunais pátrios, *in verbis*:

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO LICITANTES EMPRESAS DE UM MESMO GRUPO ECONÔMICO DESCLASSIFICAÇÃO ILEGALIDADE. 1. Inexiste vedação legal à participação de empresas de um mesmo grupo econômico em procedimento licitatório. Inadmissibilidade de interpretação ampliativa a normas legais restritivas de direitos dos administrados. 2. Não podem ser impedidas de participar individualmente em licitação empresas



pertencentes a um mesmo grupo econômico, presentes elementos comprobatórios de sua plena qualificação pessoal (personalidade jurídica, capacidade técnica e idoneidade financeira próprias), ausente prova de fraude ou conluio para frustrar o caráter competitivo do certame. Desclassificação considerada ilegal. Pedido procedente. Sentença mantida. Recurso desprovido". (TJ-SP - APL: 00224835020098260053 SP 0022483-50.2009.8.26.0053, Relator: Décio Notarangeli, Data de Julgamento: 13/08/2014, 9ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 13/08/2014)

Noutro giro, como sabido, não é lícito à Administração dar interpretação ampliativa a normas legais restritivas de direitos dos administrados. A Constituição Federal apenas permite exigências indispensáveis à garantia de cumprimento das obrigações (art. 37, XXI) e a legislação específica apenas autoriza a vedação de participação de empresas consorciadas, nada tratando acerca de empresas de um mesmo grupo econômico. Ademais, há proteção constitucional ao direito de propriedade, de livre associação, de livre concorrência e de liberdade de exercício de atividade econômica.

Nesse ponto, a respeito da extensão do conceito de probabilidade do direito invocado, para fins de concessão da tutela provisória, impende transcrever a abalizada lição do mestre Cândido Rangel Dinamarco, em sua obra Instituições de Direito Processual Civil, volume III, 2017, M alheiros Editores, página 857:

"A probabilidade de existência do direito à tutela, a que



tradicionalmente se atribui a denominação de fumus boni iuris, será resultante dos fatos narrados e dos documentos que os apoiam, em associação às razões jurídicas convergentes à existência do direito. Probabilidade é mais que mera possibilidade e menos que a certeza para decidir em caráter definitivo. Conceitua-se como a preponderância de elementos convergentes à aceitação de uma proposição, sobre os elementos divergentes.”

Com a presente medida, busca-se forrar a parte autora dos efeitos deletérios do denominado “*tempo-inimigo*” na célebre expressão cunhada pelo insigne mestre Cândido Rangel Dinamarco.

Quanto ao *periculum in mora*, este resulta evidente nos autos. Inútil será a prestação jurisdicional se a licitação efetivar-se sem a participação da autora, trazendo prejuízos a ambas as partes.

Neste sentido, se for acolhido, ao final, o pedido formulado pela parte autora com a consequente nulidade do processo licitatório, novo edital teria que ser lançado com eventual rompimento do contrato firmado com a empresa vencedora, gerando insegurança jurídica ao negócio, ao tempo em que impede o início da prestação do serviço.

Nesse ponto, há de se destacar que, atualmente (desde o ano de



2018), o serviço de transporte público vem sendo prestado através de liminar proferida nos autos do processo nº 0002891-43.2021.8.19.0037, sendo certo que, em recentes 06 de setembro de 2023, foi proferida nova decisão por esta Magistrada prorrogando o contrato vigente entre o Município de Nova Friburgo e a empresa Friburgo Auto Ônibus Ltda (FAOL) por mais 120 (cento e vinte) dias, com o intuito de possibilitar o término do procedimento licitatório necessário para o firmamento de novo contrato.

Nesse contexto, ainda que possível a reversibilidade fática com retorno das partes ao *status quo ante* - porquanto viável a declaração de nulidade do contrato que viesse a ser estabelecido com a empresa vencedora - deve o julgador agir com prudência sendo certo que, garantida a participação da autora, ainda que venha a ser vitoriosa no certame, se não for acolhido, ao final da instrução, o pedido, bastará a Administração Pública convocar o segundo colocado para celebração do contrato.

Noutro giro, sem adentrar na conveniência e oportunidade da atual administração pública municipal de Nova Friburgo ao incluir tal exigência no edital licitatório, certo é que permitir a participação da autora, que possui inegável expertise para prestação dos serviços licitados, no citado procedimento licitatório contribuirá para o alcance da melhor proposta, ampliando a competitividade e garantindo, dessa forma, a prevalência do interesse público.



Pelo exposto, a fim, mormente, de evitar perecimento de eventual direito da parte Autora, forte no disposto no artigo 300 do CPC, DEFIRO a tutela de urgência postulada na inicial para suspender, por ora, a cláusula 7.4.6, do Edital de Licitação nº 157/2023 do Município de Nova Friburgo, e, ainda, com isso, garantir à autora sua participação no certame. Fica valendo a presente decisão como ofício, sendo facultado à parte autora a adoção de medidas necessárias para garantir o seu cumprimento, por meio de sua apresentação ao setor respectivo da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo.

Sem prejuízo, DETERMINO ao Município demandado seja afixado no quadro de avisos, bem como publicado nos meios oficiais de publicação da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, a íntegra da presente Decisão, com o intuito de possibilitar a participação de demais empresas que se enquadram na hipótese dos autos.

P.R.I. Dê-se ciência da presente ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

NOVA FRIBURGO, 11 de setembro de 2023.

BEATRIZ TORRES DE OLIVEIRA
Juiz Substituto





Processo: 24.288/2023

Requerente: Everton Winter da Silva

Assunto: Impugnação - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 157 de 2023 - Processo Licitatório n. 5561/2023

Ao Ilmo. Sr. Dr. Subprocurador de Processos Administrativos;

I - DO RELATÓRIO

Trata-se de impugnação apresentada pela requerente em 12/09/2023 acerca do Edital do Pregão Eletrônico n. 157 de 2023 - Processo Licitatório n. 5561/2023, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa para o gerenciamento do Sistema de Bilhetagem Eletrônica e Monitoramento do serviço municipal de transporte coletivo do Município de Nova Friburgo.

Inicialmente, importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 12 de setembro de 2023, às 17h:12min.

Em suma, o requerente alega em sua peça de impugnação, acostada às fls. 03/15, a existência de diversas irregularidades, a saber: **1)** restrição à competitividade do certame (item I.I); **2)** vício na motivação do ato (item I.II); e **3)** necessidade de parcelamento do objeto do certame (item I.III).

A Comissão de Pregão I, em despacho de fls. 20, limitou-se a encaminhar o procedimento à Secretaria Municipal de Governo para pronunciamentos de ordem técnica, na forma do item 5.1.1 do edital.

A Secretaria Municipal de Governo, em manifestação de fls. 21/31, afirma que *“em virtude da prestação de serviço contratualizada perante a Fundação Coopptec - com interveniência do programa de engenharia da Copp/URFJ, a referida impugnação foi discutida com a contratada”*.



Afirma, ainda, que *“a manifestação do I. Impugnante vai exatamente ao encontro das razões que levaram o Poder Público a estabelecer que empresas do mesmo grupo econômico não podem concorrer em ambas as licitações. Terão que escolher: ou participam do pregão eletrônico da EGS ou participam da licitação da operação”*.

Por fim, apresenta a fundamentação *“já apresentada nas impugnações do Dr. Humberto Alvarez, que é advogado da Nova Faol, da FRICARD e da RIOCARD que conforme estabelecido nas razões de impugnação do Dr Everton, fazem parte do mesmo grupo econômico”*, encaminhando os autos a esta Procuradoria-Geral para análise jurídica, anexando às fls. 33/41 a decisão liminar concedida pela 3ª Vara Cível da Comarca de Nova Friburgo em favor da Riocard Tecnologia da Informação S/A para que o item 7.4.6 e subitens 7.4.7 e 7.4.8 sejam suspensos.

É o breve relatório.

II - DO MÉRITO

Preliminarmente, verifica-se que a impugnação apresentada em 12/09/2023 é tempestiva, em conformidade com o art. 24 do Decreto Federal n. 10.024/2019, tendo em vista que a realização do Pregão está agendada para 14/09/2023.

No mérito, passa-se às seguintes considerações.

Conforme disposição legal, cabe ao Pregoeiro a análise e decisão das impugnações, podendo requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, além de pronunciamentos de ordem técnica junto ao setor requisitante do objeto licitado.

Nesse sentido dispõe o Decreto Federal n. 10.024/2019:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento da impugnação.



O Pregoeiro, conforme narrado no relatório, não apreciou o pedido de impugnação, limitando-se a encaminhar os autos à Secretaria Municipal de Governo para análise técnica, na forma do subitem 5.1.1 do Edital.

Como sabido, as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos, escolha da modalidade licitatória, critério de julgamento e pesquisa de mercado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais ao objeto licitado, bastando que esteja dentro da legalidade.

Por se tratar de matéria estritamente técnica referente ao objeto a ser licitado, cabe à Secretaria Municipal de Governo a análise, que é a secretaria requisitante, considerando que a Procuradoria não possui expertise sobre a matéria, não podendo opinar sobre qualquer questão técnica referente ao objeto do certame.

Neste ponto, a Secretaria Municipal de Governo respondeu a impugnação às fls. 21/31, refutando os itens impugnados pelo requerente, conforme se verá adiante.

II.1) Restrição à competitividade do certame (item I.I).

Afirma o impugnante que a previsão contida nos itens 7.4.6 a 7.4.8 restringem a competitividade do certame, pois vedam a participação na licitação de empresas relacionadas a companhias que operem os sistema de transporte público, cuja proibição não é compatível com o ordenamento jurídico.

A Secretaria Municipal de Governo afirma que a regra incerta no item 7.4.6 não conflita com o art. 9º da Lei n.º 8.666/1993, que tem por finalidade vedar a prática de conflito de interesse nas licitações públicas, colacionando Acórdãos do TCU, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, dos Tribunais de Justiça dos Estados e doutrinas administrativa sobre o tema.



Afirma, ainda, que resta evidente necessidade peremptória de afastar qualquer ato ilegal, sem sequer olvidar que a vedação não tem a pretensão de alijar do certame os interessados, contudo, pretende sim alijar os conflitos de interesses dos atos que posteriormente serão praticados pelas empresas que atuem no ramo de bilhetagem eletrônica e ao mesmo tempo tenham relação societária/comercial com as empresas operadoras do transporte e vice-versa, com arrimo nos princípios da eficiência, da moralidade e transparência.

Alega que a legítima pretensão do Município ao incluir a impugnada vedação no Edital já foi objeto de discussão no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro quando da realização da licitação de empresa de bilhetagem eletrônica na cidade do Rio de Janeiro, onde a impugnante era a empresa Riocard, que obteve liminar do M.M. Juízo da 10ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital (Processo n.º 0265827-34.2021.8.19.0001) suspendendo a tramitação do certame, cuja decisão foi revertida pela 13ª Câmara Cível do TJRJ ao analisar o Agravo de Instrumento apresentado pelo Município, que concedeu efeito suspensivo da liminar deferida.

Não obstante, informa que sobreveio decisão liminar para que o item 7.4.6 e subitens e subitens 7.4.7 e 7.4.8 sejam suspensos, anexando a decisão da 3ª Vara Cível da Comarca de Nova Friburgo em favor da Riocard Tecnologia da Informação S/A às fls. fls. 33/41.

Por fim, conclui que não há ilegalidade na vedação inserida nos itens 7.4.6 a 7.4.8, bem como que *“com fundamento nos princípios que norteiam a Administração Pública, refutar conflito de interesse entre aqueles que operam SBE e/ou o transporte público é fundamental para lisura da licitação e posteriormente a eficiência e a transparência da prestação de serviço do bilhetagem - Pregão 157/23 e a prestação de serviço de transporte público que será outorgada através de concessão”*.

Com efeito, questão de idêntico teor foi apreciada pela 13ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro nos autos do Processo n. 0265827-34.2021.8.19.0001, em que o Município do Rio de Janeiro interpôs Agravo de Instrumento contra a decisão que concedeu a tutela de urgência à empresa Riocard Tecnologia da Informação S.A. para afastar a proibição da cláusula 11.3.1 do Edital da Concorrência CO SMTR n.º 001/2021 e autorizar sua participação no referido processo licitatório.



Na r. decisão, o Relator concedeu o efeito suspensivo ao agravo, com os seguintes fundamentos:

Como se vê, não há qualquer limitação à instituição de vedações que objetivem impedir a participação de determinados entes que acarretariam a desigualdade entre os licitantes.

Note-se que o rol do art. 9º da Lei 8.666/93 não é exaustivo, tendo, inclusive, o Superior Tribunal de Justiça considerado o elastecimento de sua interpretação, quanto à regra do Inciso III. Confira-se:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. SERVIDOR INTEGRANTE DA ENTIDADE CONTRATANTE. PARTICIPAÇÃO NO CERTAME COMO RESPONSÁVEL TÉCNICO. VEDAÇÃO LEGAL. CESSÃO. PROIBIÇÃO. MANUTENÇÃO. 1. O Plenário do STJ decidiu que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2). 2. Segundo o art. 9º, III, da Lei n. 8.666/1993, não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução de obra ou serviço e do fornecimento de bens a eles necessários "servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pelo certame." 3. Tal vedação visa assegurar a garantia de tratamento isonômico entre os licitantes, permitindo-lhes participar da disputa em igualdade de condições. 4. Caso em que, a despeito de expressa vedação no edital, a Corte de origem assegurou a participação de empresa, ora recorrida, em licitação, da qual fora excluída por possuir em seu quadro de funcionários, como responsável técnica, servidora do Município responsável pela instauração do certame, haja vista achar-se cedida. 5. A cessão do servidor municipal para atuar em órgão federal não tem o condão afastar aquela regra proibitiva, pois a cessão conserva o vínculo do servidor com o órgão cedente, cuja natureza definitiva é mantida, havendo apenas o desdobramento da lotação e do exercício do servidor. 6. Em situação similar, este Tribunal já entendeu que "O fato de estar o servidor licenciado, à época do certame, não ilide a aplicação do referido preceito legal, eis que não deixa de ser funcionário o servidor em gozo de licença" (REsp 1607715/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 20/04/2017). 7. A Corte de Contas, tal como a doutrina especializada, tem feito uma interpretação sistemática e analógica do art. 9º, III e §§ 3º e 4º da Lei de Licitações para "elastecer a hipótese de vedação da participação indireta de servidor ou dirigente de órgão e entidade com o prestador de serviço". 8. A vinculação da servidora com Secretaria Municipal diversa daquela que deflagrou a disputa não esvazia o vínculo funcional apto a, em tese, restringir o caráter competitivo da disputa. 9. Recurso especial provido para restabelecer a sentença. (REsp 1629541/MA, Rel. Ministro GURGEL DE FARIAS, PRIMEIRA TURMA, julgado em 05/05/2020, DJe 15/05/2020).

Ora, se é possível elastecer a hipótese do Inciso III do art. 9 da Lei 8666/93, para proibir a participação indireta de servidor ou dirigente de órgão e entidade com o prestador de serviço, obviamente garantindo a igualdade entre os licitantes e com isso restringindo o caráter competitivo da disputa, com a mesma razão afigura-se viável proibir a participação de empresas associadas e entidades ligadas ao setor de transporte, relativamente ao serviço de bilhetagem eletrônica, ante a evidente possibilidade de obtenção de informações privilegiadas, em prejuízo aos demais licitantes, como ocorreu.



Ora, ao vedar a participação de sociedades empresárias operadoras dos serviços urbanos de transporte coletivo e suas subsidiárias, além de confederações, federações, sindicatos e associações ligadas ao referido ramo (prestador de serviço de transporte), o Município não vedou apenas a participação da recorrida, mas de todas as empresas e entidades que se enquadrassem em referido conceito. Assim, não se verifica uma vedação em particular, mas abstrata, apontando a direção que a Administração pretende seguir a partir do referido Certame.

[...]

Portanto, a inexistência de previsão expressa no art. 9º da Lei 8666/93, quanto à vedação elencada no certame, não a torna ilegal.

Sequer vislumbra-se ofensa a princípios constitucionais, já que, ao estabelecer a vedação em testilha, a Municipalidade aponta, de maneira abstrata e sem atingir especificamente a esfera de interesse de uma ou outra empresa, a necessidade de se conferir maior transparência e eficiência ao serviço, em benefício dos usuários e do interesse público. Sendo os princípios ponderáveis, e não excludentes, conclui-se pela prevalência do interesse público no caso concreto. (grifos no original).

Nos mesmos autos, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro também interpôs agravo contra a decisão interlocutória prolatada pelo Juízo da 10ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital, em Ação de Obrigação de Fazer deflagrada por Riocard Tecnologia da Informação S/A em face do Município do Rio de Janeiro, trazendo argumentos sólidos a fim de afastar a participação da empresa:

“Mas onde está o conflito de interesses a ser afastado?”

A resposta é clara e salta aos olhos: as concessionárias que devem ser monitoradas através de dados extraídos do sistema de bilhetagem não podem ser as mesmas a gerenciá-lo. É, no dizer popular, “deixar a raposa tomar conta do galinheiro”.

Como já foi dito e redito, a FETRANSPOR é composta pelas concessionárias que atuam no transporte municipal. Por sua vez, ela também é a principal controladora da Riopar, subsidiária controladora da agravada, empresa responsável pelo sistema de bilhetagem.

Conforme apontado acima, um dos objetivos primordiais da concessão do serviço de bilhetagem eletrônica consiste na instituição de mecanismos transparentes e eficientes para o monitoramento do serviço de transporte público coletivo, seja no que diz respeito ao serviço prestado (p.ex., volume da frota de ônibus em operação) quanto à arrecadação tarifária (p.ex., quantidade de passageiros embarcados em cada linha). As informações colhidas através do sistema de bilhetagem eletrônica constituem fatores determinantes para a revisão das tarifas cobradas pelas operadoras de transporte, que tem sido inviabilizada em razão da ausência de transparência e confiabilidade das informações prestadas pela FETRANSPOR (a denominada “caixa-preta”).

O conflito de interesses se coloca, portanto, em cenários nos quais os incentivos econômicos da concessionária de um serviço estejam desalinhados com os interesses do Poder Concedente, ou seja: quanto o inadimplemento dos deveres assumidos pelo concessionário puder lhe ser economicamente mais vantajoso do que o fiel cumprimento das obrigações assumidas perante o Poder Concedente.



Especificamente no caso em tela, conceder a uma empresa controlada pelos próprios operadores do sistema de transporte a função de monitorar os serviços prestados e a arrecadação auferida por esses mesmos operadores gera um incentivo econômico para a ocultação ou manipulação de informações que sejam potencialmente desvantajosas para as empresas de ônibus (p.ex., que permitissem a revisão tarifária em termos mais favoráveis para os usuários). Fulminar-se-ia, assim, um dos objetivos primordiais da licitação de bilhetagem eletrônica, no que diz respeito aos ganhos de transparência e confiabilidade no monitoramento e fiscalização do serviço de transporte público.

Dado que o princípio da isonomia consiste em "tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na exata medida de suas desigualdades", nos termos do art. 5º da Constituição Federal, resta claro que as empresas cujos controladores pudessem obter vantagens econômicas ocultando ou manipulando informações relevantes para o Município se encontram em situação inteiramente distinta das empresas que não possuem os mesmos incentivos perversos (ou seja, que não se encontram em situação de conflito de interesses), a justificar o seu tratamento diferenciado no edital de licitação, em conformidade com o art. 37, XXI da Constituição Federal e ao art. 3º da Lei n. 8666/93.

Como se vê, não seria a cláusula editalícia impugnada que atenta contra os princípios da isonomia, legalidade, moralidade, eficiência e competitividade do certame, previstos no art. 37 da Constituição Federal, mas sim a manutenção do atual status quo, em que o Poder Concedente se encontra à mercê das próprias operadoras de transporte, e privado de mecanismos para aferir a veracidade das informações que lhe são repassadas. (grifos no original).

De fato, como muito bem elucidado pelo *Parquet*, conceder a uma empresa controlada pelos próprios operadores do sistema de transporte a função de monitorar os serviços prestados e a arrecadação auferida por esses mesmos operadores gera um incentivo econômico para a ocultação ou manipulação de informações que sejam potencialmente desvantajosas para as empresas de ônibus.

Portanto, no entender desta pasta jurídica, não assiste razão à impugnante, devendo ser mantido o Edital em seus termos originais.

Alerte-se, todavia, que deve ser observada a decisão exarada pela 3ª Vara Cível da Comarca de Nova Friburgo em favor da Riocard Tecnologia da Informação S/A, que concedeu a tutela de urgência para suspender o item 7.4.6 e subitens 7.4.7 e 7.4.8 e permitir a sua participação no Pregão Eletrônico n.º 157/2023, anexada às fls. fls. 33/41.

Embora o Município tenha interposto agravo de instrumento, tal decisão deve ser observada até que sobrevenha decisão diversa.



II.2) Vício na motivação do ato (item I.II).

Afirma a impugnante que o Município de Nova Friburgo entendeu por bem vedar a participação de qualquer sociedade que tenha ligação de fato ou de direito em seu quadro societário com a atual concessionária do transporte público do município.

Em resposta a Secretaria de Governo alega que o interesse público e a legalidade estão acima dos interesses econômicos e que a preservação do princípio da transparência e legalidade se impõe no edital em comento.

Em sequência, a pasta demonstra que o Impugnante no item 30 da Impugnação afirma que a bilhetagem e monitoramento é exercido pela mesma empresa, sendo exatamente isso que se busca evitar.

Cita ainda, que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro na ação em que a RIOCARD tentou suspender o processo licitatório da bilhetagem eletrônica da capital, por meio de Agravo de Instrumento 0089293-44.2021.8.19.0000 onde conseguiu efeito suspensivo da liminar de primeira instância.

Pois bem, nos autos dos processos nº 5.561/2023 a empresa BILLINGPAY INTEGRAÇÃO DE SISTEMAS LTDA solicitou esclarecimento quanto a não consideração das causas de vedação específicas de participação que impeçam a empresa operadora do atual sistema de Transporte Coletivo de passageiros por ônibus e empresas igualmente operadoras e suas entidades de classe participante.

Em resposta a Secretaria de Governo esclareceu que para a delegação do serviço de transporte público coletivo se dê a luz do princípio da eficiência e com equilíbrio entre o sistema de bilhetagem eletrônica e a operação propriamente dita, para evitar a ingerência de uma empresa sobre a outra, haveria a reavaliação do item 7.4 do edital.



Após tal resposta, houve a revisão do tópico concernente às condições de participação do presente edital e inclusão do presente item, por parte da empresa COPPETEC, para que não haja conflito de interesses entre a concessionária de transporte público e a empresa a ser contratada para prestar o serviço de bilhetagem e monitoramento.

II.3) Necessidade de parcelamento do objeto do certame (item I.III).

Pois bem, a Impugnante alega que houve vício no edital em comento no que concerne a decisão de licitar conjuntamente os objetos do certamente, quais sejam: gerenciamento e operação do sistema de bilhetagem eletrônica e o monitoramento do serviço municipal de transporte coletivo.

A Secretaria de Governo em manifestação, considerou que a especificidade do objeto da licitação, bem como todas as justificativas expostas, não há o que se falar em fracionamento em dois lotes.

Vale ressaltar que o Município de Nova Friburgo celebrou em 03/03/2022 o Contrato de n. 044/2022 com a Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos - COPPETEC, tendo por objeto a contratação de serviço de diagnóstico do Sistema de Transporte Público Coletivo por Ônibus Municipal através do planejamento, execução e tratamento de dados operacionais e jurídicos do sistema do transporte público municipal de Nova Friburgo, atualização do marco regulatório e da metodologia de cálculo tarifário, buscando observar o art.294, III, alínea “g”, itens 1 a 6, da Lei Orgânica n. 4.637, de 12 de julho de 2018.

Posteriormente, foi celebrado em 27/01/2023 Termo Aditivo ao Contrato n. 044/2023, com objetivo de aditar o valor do contrato em R\$ 186.582,75 para que a Fundação COPPETEC preparasse o edital e anexos da licitação para contratação da empresa que prestará o serviço de bilhetagem eletrônica.

Pois bem, tendo em vista que houve a contratação da COPPETEC, que possui expertise técnica para a elaboração do presente edital, não há o que se falar sobre a decisão técnica de manter ambos os itens em um único lote no presente edital.



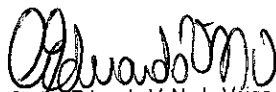
No mais, verifica-se que todos os itens impugnados foram devidamente respondidos pela Secretaria Municipal de Governo, conforme manifestação de fls. 21/31.

III - CONCLUSÃO

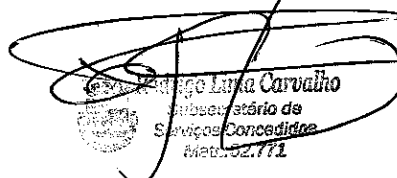
Em face do exposto, tendo em vista que todos os itens impugnados foram devidamente respondidos pela Secretaria Municipal de Governo, conforme manifestação de fls. 21/31, e considerando a decisão interlocutória exarada pela 3ª Vara Cível da Comarca de Nova Friburgo em favor da Riocard Tecnologia da Informação S/A, que concedeu a tutela de urgência para suspender os itens 7.4.6 a 7.4.8 e permitir a sua participação no Pregão Eletrônico n.º 157/2023, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Governo para ciência e providências cabíveis.**

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas à legalidade, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

Nova Friburgo, 13 de setembro de 2023.


Carlos Eduardo V. N. da Veiga
Subprocurador de Processos
Administrativos
Matricula 63347

*Ente.
A Comissão de Pregão
NF 13/19/23*


Thiago Lima Carvalho
Subsecretário de
Serviços Concedidos
Matr. 62.771